



**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

Ofício nº 707/SMAJ/2025

Cruzeiro, 15 de dezembro de 2025.

**Excelentíssimo Senhor Presidente:**

Tenho a elevada honra de me dirigir a Vossa Excelência no intuito de encaminhar, em conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica do Município, a propositura que: **Dispõe sobre a reestruturação e ampliação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC do Município de Cruzeiro e dá outras providências.**, requerendo a tramitação em caráter de urgência/urgentíssima

Ao ensejo, aproveito a oportunidade para elevar a Vossa Excelência expressões de estima e consideração.

  
**JOSÉ KLEBER LIMA SILVEIRA JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Ao Exmo. Senhor  
Vereador Paulo Filipe da S. Almeida  
DD. Presidente, da E. Câmara Municipal de Cruzeiro  
Estado de São Paulo





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**PROJETO DE LEI Nº 46, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**Dispõe sobre a reestruturação e ampliação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC do Município de Cruzeiro e dá outras providências.**

**TÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei regula o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Cruzeiro – CMPC, do Município de Cruzeiro, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a Lei Orgânica do Município, garantindo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Cruzeiro – CMPC integra, permanentemente, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Sistema Municipal de Cultura (SMC), sendo o principal articulador das políticas públicas de cultura, estabelecendo a gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, auxiliando na elaboração, execução e fiscalização da política pública cultural do governo municipal, tendo caráter fiscalizador e deliberativo.

**TÍTULO II**

**DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

**Art. 2º** O CMPC tem por princípios:

- I – participação democrática e controle social;
- II – transparência e publicidade dos atos;
- III – diversidade cultural e inclusão social;
- IV – valorização da cultura local e regional.

**Art. 3º** São finalidades do CMPC:

- I – representar a sociedade civil junto ao poder público municipal nos temas e assuntos relacionados à política pública de cultura;
- II – garantir a participação da sociedade civil na formulação e avaliação das políticas culturais;
- III – propor diretrizes para a política cultural do Município;





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

- IV – acompanhar, contribuir e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura;
- V – revisar e propor o Regimento Interno do CMPC e da Conferência Municipal de Cultura, garantindo sua atualização quando necessária;
- VI – promover conferências municipais de cultura e audiências públicas;
- VII – fomentar e promover o acesso universal à cultura;
- VIII – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura (SMC);
- IX – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura;
- X – aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
- XI – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Cruzeiro para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura (SNC);
- XII – fiscalizar as atividades da Secretaria Municipal de Cultura.

**TÍTULO III**

**DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** O CMPC será composto por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) suplentes.

I – Representantes do Poder Público (06 titulares e 06 suplentes):

- Secretaria Municipal de Cultura (membro nato);
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Turismo;
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos;
- Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

II – Representantes da Sociedade Civil (06 titulares e 06 suplentes):

- Segmento de Artes Cênicas (teatro, circo, dança e música) e/ou audiovisual e novas tecnologias;
- Segmento de Artes Plásticas, Artes Visuais, Artesanato e Gastronomia;
- Segmento de Literatura, Contação de Histórias e Cultura Geek/Nerd;
- Segmento de Patrimônio Histórico e Cultura Popular;
- Segmento de Políticas Afirmativas – Cultura Preta, Indígena Urbana, Mulheres, LGBTQIAPN+ e PCD;





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

- Segmento de Grupos, Instituições, ONGs, Coletivos e Associações Culturais (com ou sem CNPJ).

**Art. 5º** Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão, e os representantes da Sociedade Civil serão eleitos mediante edital de chamamento público.

**TÍTULO IV**

**DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 6º** Os candidatos a que se refere o art. 5º deverão ser domiciliados em Cruzeiro/SP e contar com, no mínimo, 01 (um) ano de comprovada atividade cultural no Município, especificamente no segmento cultural ao qual concorrerão à vaga.

**Art. 7º** Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de vínculo público de qualquer natureza ligado ao Município.

**Art. 8º** A nomeação dos membros para a composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) ocorrerá por intermédio de Portaria expedida pela Chefia do Poder Executivo Municipal, que se encarregará da publicação contendo a relação dos membros integrantes, titulares e suplentes, do Conselho.

**Art. 9º** O Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) deverá eleger, entre seus membros, o(a) Presidente, o(a) Vice-Presidente — sendo este o suplente da cadeira do segmento pelo qual o Presidente foi eleito — e o(a) Secretário(a)-Geral. Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura deverá disponibilizar um (a) servidor(a) para redigir as atas das reuniões.

**Art. 10.** O Presidente e o Vice-Presidente do CMPC serão eleitos dentre os membros representantes da Sociedade Civil, sendo o Presidente detentor do voto de minerva. Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho e dos cargos eletivos será de 02 (dois) anos, sendo obrigatória a realização de novo processo eleitoral ao final desse período, permitida a recondução.





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**Art. 11.** O exercício das funções de conselheiro é considerado de relevante interesse público e não acarretará nenhum ônus ao Poder Executivo Municipal.

**Art. 12.** O edital deverá conter:

- I – critérios de elegibilidade e inelegibilidade;
- II – prazos e formas de inscrição;
- III – procedimentos de eleição e critérios de desempate;
- IV – publicidade dos resultados e possibilidade de recurso.

**TÍTULO V**

**DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 13.** A Secretaria Municipal de Cultura deverá garantir o funcionamento do Conselho, assegurando-lhe os recursos humanos e materiais necessários.

**Art. 14.** O CMPC reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente.

**Art. 15.** As deliberações serão tomadas por maioria qualificada de 2/3 (dois terços), garantido o direito de voz e voto a todos os membros.

**Art. 16.** As reuniões serão públicas e registradas em ata, que será disponibilizada ao público em meio digital.

**Art. 17.** O CMPC poderá criar comissões temáticas e grupos de trabalho para tratar de temas específicos.

**TÍTULO VI**

**DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS**

**Art. 18.** São direitos dos conselheiros:

- I – participar das reuniões, com direito a voz e voto;
- II – propor pautas e integrar comissões temáticas;
- III – ter acesso às informações e documentos do Conselho;
- IV – receber formação continuada para melhor desempenho de suas funções.





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**Art. 19.** São deveres dos conselheiros:

- I – cumprir as atribuições estabelecidas;
- II – participar ativamente das reuniões e atividades;
- III – manter postura ética e respeitosa;
- IV – respeitar as deliberações e decisões do CMPC.

**TÍTULO VII**

**DO REGIMENTO INTERNO**

**Art. 20.** O CMPC deverá elaborar e revisar seu Regimento Interno, garantindo sua atualização e adequação às necessidades culturais do Município.

**Parágrafo único.** O Regimento Interno regulamentará o funcionamento, as atribuições da Mesa Diretora e o processo eleitoral.

**TÍTULO VIII**

**DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 21.** O CMPC acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura.

**Parágrafo único.** O Fundo Municipal de Cultura será constituído por recursos do orçamento municipal, repasses estaduais e federais, parcerias e patrocínios.

**TÍTULO IX**

**DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL**

**Art. 22.** Todas as decisões, atas e resoluções do CMPC serão publicadas em meio digital, garantindo o acesso público.

**Art. 23.** O CMPC realizará conferências municipais de cultura, garantindo a participação da sociedade civil na formulação e avaliação das políticas culturais, no prazo máximo de 02 (dois) anos, contado da última edição.





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**TÍTULO X**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 24.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 25.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 26.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

**Art. 27.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as legislações anteriores que regulamentavam o Conselho Municipal de Cultura de Cruzeiro, notadamente a Lei nº 4.150/2012.



**JOSÉ KLEBER LIMA SILVEIRA JUNIOR**  
**Prefeito Municipal**





**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 46, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2025**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores e Vereadoras,**

Submete-se à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei tem por objetivo a **reestruturação e ampliação do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC)** do Município de Cruzeiro, adequando-o às diretrizes constitucionais, à Lei Orgânica Municipal e às normativas do **Sistema Nacional de Cultura (SNC)**, bem como fortalecendo a participação social na formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas culturais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 215 e 216, assegura o pleno exercício dos direitos culturais e impõe ao Poder Público o dever de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Nesse sentido, os conselhos de políticas públicas configuram-se como instrumentos fundamentais de **democracia participativa**, garantindo a atuação conjunta entre o poder público e a sociedade civil na definição das prioridades culturais do Município.

A atualização da legislação que rege o CMPC mostra-se necessária diante das transformações sociais, culturais e institucionais ocorridas ao longo dos últimos anos, bem como da necessidade de alinhar sua estrutura e funcionamento aos princípios do **controle social, da transparência, da diversidade cultural e da inclusão social**. A proposta amplia e organiza a representatividade dos diversos segmentos culturais, assegurando voz ativa a artistas, produtores, coletivos, instituições e demais agentes culturais do Município.

O Projeto também estabelece regras claras quanto à composição, ao processo eleitoral, ao funcionamento e às atribuições do Conselho, conferindo-lhe caráter **deliberativo e fiscalizador**, especialmente no que se refere à execução do Plano Municipal de Cultura e à aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura. Dessa forma, promove-se maior eficiência, legitimidade e transparência na gestão das políticas culturais.







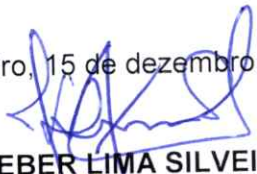
**Prefeitura Municipal de Cruzeiro**  
**Estado de São Paulo**  
**Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos**

Ressalta-se, ainda, que a iniciativa contribui para a consolidação do **Sistema Municipal de Cultura**, fortalecendo a articulação federativa e garantindo a permanência do Município de Cruzeiro no Sistema Nacional de Cultura, condição essencial para o acesso a programas, convênios e recursos estaduais e federais destinados à área cultural.

Importante destacar que o exercício das funções de conselheiro é considerado de relevante interesse público, não gerando ônus adicional ao Poder Executivo, ao passo que potencializa a participação cidadã e o controle social sobre as ações governamentais.

Assim, por sua relevância e alcance social, **submete-se o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Vereadores**, esperando-se sua aprovação em benefício da cultura e da população do Município de Cruzeiro.

Cruzeiro, 15 de dezembro de 2005

  
**JOSÉ KLEBER LIMA SILVEIRA JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://cruzeiro.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 310033003000370034003A005000

Assinado eletronicamente por **Nice Simone Novaes de Carvalho** em 15/12/2025 18:09

Checksum: **24C8634DE7D4D2AFBA9E34B0DE153B3E7FA8BAFEDB870B0908195B04791DE8C3**

